



Canal Energia – 23 Mar 2004

Maurício Tolmasquim, do MME: Pela integridade do modelo

Governo ouvirá agentes durante regulamentação, mas não vai desvirtuar regras, diz secretário

Roberto Gonzales, Entrevistas

O Ministério de Minas e Energia ([MME](#)) concluirá o trabalho de regulamentação do novo modelo do setor elétrico até o final de abril. Pontos como a criação dos novos órgãos e as regras de comercialização são as prioridades desse trabalho que sairá ao longo dos próximos dois meses.

Para começar a definir o marco regulatório, representantes dos investidores, geradores e distribuidores estiveram em Brasília nesta quarta-feira, dia 23 de março, para iniciar as conversas. Segundo o secretário-executivo, Maurício Tolmasquim, o MME está aberto a sugestões, mas não desvirtuará as regras.

O novo modelo, para o secretário-executivo, conseguirá atrair investimentos e não representará riscos de crédito para os financiadores. Tolmasquim garante que os mecanismos criados levarão as taxas de inadimplência a quase zero. "Ninguém vai querer ficar sem reajuste", justifica o secretário, nesta entrevista exclusiva ao **Portal CanalEnergia.com.br**.

CanalEnergia - Como o Ministério de Minas e Energia está conduzindo o trabalho de regulamentação do novo modelo?

Maurício Tolmasquim - Nossa intenção é soltar os decretos na ordem que forem concluídos. Esse trabalho deve acabar no final de abril. Criamos grupos paralelos para analisar os temas e vamos ouvir os agentes. Nesta terça-feira, dia 23 de março, a ministra Dilma Rousseff e eu receberemos representantes da Abrage (Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica), Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) e CBIEE (Câmara Brasileira de Investidores de Energia Elétrica). Estamos disposto a ouvir os agentes e avaliar as contribuições. Entretanto, não iremos desvirtuar o modelo. É fundamental zelar pela integridade e coerência do documento.

CanalEnergia - Quais são os primeiros pontos que serão definidos na regulamentação?

Maurício Tolmasquim - A prioridade é a definição das empresas criadas no modelo, CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e EPE (Empresa de Planejamento Energético). Depois disso, vamos detalhar as regras de comercialização de energia elétrica. Será um trabalho bem amplo. Fixar um prazo exato para conclusão é complicado. Além do Ministério de Minas e Energia, a regulamentação passará por outros órgãos do governo, como Casa Civil e Ministério da Fazenda, para avaliação.

CanalEnergia - As geradoras privadas que tiveram ativos enquadrados como energia velha temem possíveis prejuízos. Esse risco existe?

Maurício Tolmasquim - A estratégia de comercialização varia de acordo com cada empresa. A legislação diz que as unidades podem fechar contratos de três anos a 15 anos, mas provavelmente iremos trabalhar a partir de cinco anos. A concessionária que quiser mais segurança optará pela venda no longo prazo.

No médio prazo, a remuneração é maior. Entretanto, há um risco de perda devido à oscilação do próprio mercado. No médio e no longo prazos, o preço da energia será formado pela oferta e demanda. Hoje, o valor está baixo devido à sobra, mas irá estabilizar no futuro.

CanalEnergia - Dentro do pool, o receio dos investidores é relação ao risco de inadimplência. Os mecanismos desenhados no modelo serão eficientes para impedir esse problema?

Maurício Tolmasquim - Atualmente, o nível de inadimplência entre as distribuidoras e geradoras não é muito alto. Ele está em queda. Dentro do ambiente regulado, as empresas que estiverem com débitos não



terão direito ao reajuste tarifário. Ninguém vai querer ficar sem aumento nas tarifas. A tendência é que o percentual de inadimplência seja reduzido para zero.

Temos uma experiência interessante com os encargos setoriais que mostra isso. Várias concessionárias quitaram a dívida para ter direito à revisão. Com isso, a saúde financeira do setor elétrico fica garantida, o que estimulará os financiadores privados a investir. Não podemos descartar casos isolados de inadimplência.

CanalEnergia - As distribuidoras estão questionando os limites de repasse da energia contratada no leilão de ajustes para as tarifas. O MME está sensível a esse problema?

Maurício Tolmasquim - O teto para repasse da contratação de energia no leilão de ajustes não será problema para as distribuidoras. O montante contratado será provavelmente de empreendimentos em operação, que têm preço mais baixo em relação aos projetos de expansão. Só num cenário de crise que teria problema. Nosso objetivo é incentivar a eficiência das empresas para prever o mercado.

CanalEnergia - Como o governo pretende incentivar a eficiência das empresas na previsão de contratação?

Maurício Tolmasquim - As distribuidoras que conseguirem contratar para entrega de cinco anos terá benefício em relação aos concessionárias que utilizarem empreendimentos com três anos para início de operação. Os empreendimentos com maior tempo para maturação têm um preço do MWh mais baixo, já que normalmente são hidrelétricas.

Já os projetos com três anos de construção são mais caros. Vamos fazer uma média ponderada e as distribuidoras vão poder repassar esse valor para as tarifas. Quem contratou com mais eficiência terá um ganho. Queremos incentivar o planejamento das empresas.

CanalEnergia - A idéia é realizar um leilão para energia nova até o final do ano. Será necessário viabilizar o licenciamento prévio para todos os empreendimentos. Há tempo hábil para isso?

Maurício Tolmasquim - Temos até nove meses para acelerar esse trabalho. Estou tendo uma série de reuniões com o secretário-executivo do Ministério de Meio Ambiente, Cláudio Langone, e criamos uma força-tarefa para agilizar ao máximo esse trabalho sem comprometer sua qualidade.

Além disso, há vários empreendimentos com processo de licenciamento em andamento. Eles podem ser incluídos nesse leilão. Também podemos recuperar o licenciamento de unidades paralisadas ou com processos negados pelo Ibama. Vamos analisar as prioridades e levar os projetos viabilizados ambientalmente. A obtenção da licença prévia antes da licitação foi uma das grandes mudanças do novo modelo do setor elétrico.

CanalEnergia - Como será resolvido o problema do ágio pago pelos produtores independentes dentro dessa novo mecanismo de licitação pelo menor preço?

Maurício Tolmasquim - Eles vão disputar o leilão com os novos projetos, sendo que o valor do Uso do Bem Público (UBP) será uma remuneração extra. Apesar dessa abertura, o somatório do preço ofertado e o pagamento do ágio não poderá ser maior que o teto do preço das usinas colocadas na licitação. Se o investidor arrematou a unidade com um custo muito alto, ele terá problema para descontar tudo.

Colocamos esse teto para não prejudicar o consumidor. Poderia haver uma explosão tarifária dentro do pool, se tudo fosse liberado. O investidor quando ofereceu o ágio avaliou as perspectivas e achou a proposta interessante. Isso faz parte do risco de mercado.

CanalEnergia - Como o senhor avalia a atratividade do novo modelo para novos investimentos?

Maurício Tolmasquim - Eu tenho conversado constantemente com bancos e investidores externos. Já participei de alguns conference call com empresas dos Estados Unidos e Europa e houve um interesse para investimentos. O contrato de longo prazo é um grande diferencial oferecido pelo novo modelo do setor elétrico.



Além disso, continuamos o trabalho para elaboração do índice para reajuste dos contratos do pool. Contratamos a Fundação Getúlio Vargas para estudar esse assunto. O tema ficou um pouco de lado devido à votação do modelo. Agora mas vamos retomá-lo.

CanalEnergia - Que papel terá o consumidor livre no novo modelo do setor elétrico?

Maurício Tolmasquim - A perspectiva no ambiente de competição dos grandes consumidores é boa. Quem quiser optar pelo fornecimento livre terá até 36 meses para definir. Na regulamentação, vamos estipular as regras e o prazo para desvinculação que poderá ser de 12, 24 ou 36 meses.

Esse ambiente receberá parte da energia velha que não entrou no pool. Além disso, o gerador que achar o preço do pool baixo poderá negociar sua energia para os grandes consumidores. É um jogo de mercado, com as empresas fazendo suas escolhas.